

### Informação da V Conferência Ministerial da OMC

*Pontes Diário de Cancún é editado em Inglês, Francês, Espanhol, Alemão, Português (<http://pontes.oikos.pt>), Chinês e Russo. Disponíveis no website: [www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)*

No. 2

11 Setembro, 2003

## ALGODÃO – O “TRIPS E A SAÚDE” DE CANCÚN?

Depois de uma cerimónia de abertura onde muitos ilustres conferencistas enfatizaram o potencial da Ronda de Doha para o desenvolvimento mundial, os países africanos produtores de algodão, durante a sessão plenária da Conferência Ministerial da OMC, na quarta-feira, defenderam veementemente a eliminação dos subsídios ao algodão. A proposta conseguiu apoio suficiente para continuar em discussões nas reuniões ministeriais informais nos dias seguintes.

### Questões Processuais

Após dois dias de discussões informais entre o Presidente da Conferência de Cancún, O Ministro mexicano de Relações Exteriores, Luis Ernesto Derbez, e os grupos regionais responsáveis pela estruturação da Conferência, os Membros concordaram na realização das negociações em cinco Grupos de Trabalho, a saber:

- Agricultura (George Yeo Yong-Bon, Singapura);
- Acesso aos mercados não-agrícolas (Henry Tang Ying-yen, Hong Kong);
- Desenvolvimento (Mukhisa Kituyi, Quénia);
- Temas de Singapura, ou seja, investimento, concorrência, transparência nas compras públicas e facilitação do comércio (Pierre Pettigrew, Canada); e
- Questões várias (Clement Rohee, Guiana)

Cada grupo será liderado por um “facilitador” que trabalhará junto com o Presidente na identificação de possíveis áreas de progresso. Os Grupos de Trabalho reportarão para os encontros dos Chefes de Delegação (CD) que se realizam todas as manhãs, para além das sessões de consulta entre o Presidente e os facilitadores. Espera-se que o Presidente receba dos facilitadores, já na quinta-feira, relatórios substantivos de modo a evitar o adiamento de todas as questões para o último dia da Conferência. Para além dos pequenos encontros entre os países e os grupos regionais, os facilitadores foram nomeados como “confessores” (encontros bilaterais) com os Membros-Chave.

Em contraste com os procedimentos de anteriores encontros da OMC, os Grupos de Trabalho serão abertos, ou seja, todos os Membros poderão participar. Cada Membro será representado por um Ministro com um máximo de dois técnicos de apoio. O Grupo do Desenvolvimento foi estabelecido para discutir temas relacionados com a implementação e o tratamento especial e diferenciado (E&D). Outros temas, tais como a preocupação em torno das mercadorias (*commodities*) levantado pelos países em desenvolvimento, poderá também ser incluído nas discussões do Grupo. Enquanto todos os Grupos de Trabalho começarão ao mesmo tempo, o passo será fixado pelo progresso alcançado no Grupo da Agricultura. Organizações da Sociedade Civil exprimiram preocupações acerca do facto de ser o Canadá a presidir ao Grupo de Trabalho dos Temas de Singapura. ONGs do próprio Canadá afirmaram que este facto contradizia um dos requisitos solicitados pelos países em desenvolvimento, segundo o qual uma parte altamente interessada num tema, não deveria presidir às discussões sobre o mesmo. O Canadá é visto por muitos como tendo demasiados interesses no tema do investimento, um dos quatro temas de Singapura.

De acordo com o Director Geral Supachai Panitchpakdi, deve-se fazer um esforço para que as consultas em relação aos temas a incluir no grupo das “Questões diversas” levem em consideração as preocupações dos diferentes Membros, e não tanto os temas determinados pelo Presidente. Este grupo – conhecido como o “grupo do cemitério” devido às fracas expectativas para o corpo de negócios – deverá cobrir todas as questões contidas no esboço do texto Ministerial, não abrangidas pelos quatro grupos restantes. É provável que, entre outros, venham a ser incluídos temas como normas, serviços, indicadores ambientais e geográficos. Nos últimos dias da preparação da Conferência, a União Europeia pressionou para que o tema dos indicadores ambientais e geográficos fosse classificado como grupo autónomo, mas não

recebeu apoio para esta pretensão, excepto da Suíça e Noruega. A Agenda do Grupo será decidida hoje.

### A Iniciativa do Algodão

Benim, Mali, Chade e Burkina Faso propuseram a eliminação global dos subsídios ao algodão a fim de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento do sector na África Ocidental e Central (AOC), onde provêm do algodão cerca de 80% das receitas totais das exportações. Os subsídios ao algodão nos países ricos, sobretudo nos EUA, originaram um aumento artificial da oferta nos mercados internacionais e a queda dos preços de exportação. Isto teve um efeito devastador para os pequenos produtores que perderam a sua parcela de mercado. Para muitos a Iniciativa do Algodão compara-se à campanha do TRIPS e Saúde Pública em Doha. A Argentina, por exemplo, disse que uma decisão sobre a Iniciativa em Cancún seria um pontapé de saída para a “ronda do desenvolvimento”.

A 9 de Setembro, os EUA mantiveram uma reunião sobre este assunto com os países AOC. Os delegados norte-americanos sugeriram que os países se concentrassem na diversificação das suas economias, passando da produção de algodão para os têxteis de algodão, aos quais podia ser garantido acesso preferencial ao mercado dos EUA, através da lei americana do Crescimento e Oportunidade para África (US African Growth and Opportunity Act). Alguns observadores criticaram já esta abordagem por não enfrentar a questão dos subsídios, que são a causa profunda da política insustentável dos preços artificialmente baixos do algodão.

Numa sessão plenária na noite de 10 de Setembro, o Mali apelou para uma pronta decisão nesta matéria, desenhando um plano de eliminação das medidas responsáveis pelas distorções, conjugado com um mecanismo transitório de compensações ao abrigo do qual os países que utilizam subsídios indemnizariam os países menos desenvolvidos afectados de modo a evitar a total destruição do seu sector algodoeiro. O Tchad advertiu para a necessidade de resultados concretos por forma a que o sistema de comércio multilateral preserve a credibilidade, afirmando que o algodão é um produto especial e estratégico na redução da pobreza e no desenvolvimento económico. Outros países africanos, incluindo os Camarões e o Senegal, surgiram já no apoio à iniciativa, dizendo que toda a região é afectada de forma negativa pelos subsídios ao algodão.

O Director Geral da OMC tomou a palavra num movimento que descreveu como pouco habitual. Ele afirmou que os Países da AOC não estavam a pedir um sistema de preferências, mas sim para que fosse colocado um ponto final nas distorções do mercado, e apelou com carácter de urgência para que os Ministros dessem a devida atenção à iniciativa.

Os EUA reiteraram alguns pontos que havia colocado na reunião com os países AOC, afirmando que apoiam a eliminação dos subsídios e a redução das barreiras alfandegárias, desde que se aplique a todos os bens agrícolas e industriais. Os EUA apresentaram uma abordagem dita “abrangente” à questão do algodão apontando alguns factores para além dos subsídios como a principal causa da queda dos preços, tais como a crise económica global, concorrência das fibras artificiais e aumento da produção devido a condições de clima favoráveis. Ann Veneman propôs um olhar para toda a cadeia de valor do algodão e propôs medidas apropriadas para incentivar a procura de produtos, tais como abordar os mecanismos de distorção, as barreiras alfandegárias e não alfandegárias, e as políticas industriais. Embora concordando com o facto de o problema do algodão ser multifacetado e não apenas dependente da prática de subsídios, a UE apoiou os aspectos relacionados com o comércio da iniciativa dos países da AOC e afirmou estar pronta para cumprir com a parte que fosse responsabilidade sua.

Tanto o Canadá como a Austrália apoiaram fortemente a iniciativa, notando o efeito prejudicial dos subsídios agrícolas em geral e dos subsídios ao

algodão em particular. A Argentina realçou o seu pedido, conjuntamente com o Brasil, de criação de um painel de solução de conflitos relacionados com os subsídios americanos ao algodão. O delegado Argentino disse ainda que uma decisão sobre esta iniciativa, em Cancún, seria um pontapé de saída para a "ronda do desenvolvimento". A África do Sul realçou a abrangência e relevâncias sistémica desta questão, notando outros problemas similares como sejam os do açúcar. O Bangladesh disse ser urgente a abordagem deste problema, notando que a agricultura é a coluna vertebral das economias dos países menos desenvolvidos. A Índia deu as boas vindas à proposta, realçando que os sectores do açúcar, dos laticínios e das sementes oleaginosas enfrentam problemas similares, e afirmou que enfrentar o problema dos subsídios ao algodão seria um primeiro e importante passo.

## Agricultura

Enquanto as fontes relataram progressos no ajuste da agenda do Grupo de Trabalho da Agricultura, as indicações públicas dos membros da OMC reflectiram posições bem afirmadas no dia da abertura da Conferência Ministerial de Cancun. Contudo, os jogadores-chave ofereceram os seus primeiros comentários na proposta submetida formalmente à conferência ministerial por 21 países desenvolvidos na terça-feira ("Pontes" no. 1).

Por detrás do pano, os EUA e a UE dizem que estão a tentar impedir que outros países se juntem ao G-21. Segundo fontes, o presidente Bush no princípio da semana telefonou aos líderes do G-21 representantes da África do Sul, do Brasil e da Índia e lançou uma oferta mal sucedida para impedir aqueles países de tomarem uma forte posição contra os países desenvolvidos no que respeita à agricultura. Os EUA são igualmente acusados de exercer pressão sobre países árabes. Entretanto, as fontes indicam que a UE está a pressionar os países do grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico) de forma a absterem-se do aumento do número de estados-membro do G-21. Entre os pontos chave propostos pelo G-21, encontra-se a eliminação da Caixa Azul (Blue Box), (subsídios domésticos ligados a esquemas de limites produtivos), o ajuste de critérios estritos para a Caixa Verde (Green Box), (subsídios com menor impacto de distorção), bem como ambiciosas metas e prazos para reduzir os subsídios da Caixa Ambar (os causadores das grandes distorções). As negociações pós-Cancun devem também fixar uma data para a eliminação de subsídios à exportação. Os programas de apoio de países em desenvolvimento seriam amplamente cobertos pelo tratamento especial e diferenciado (E&D), que requerem também cortes menos agressivos das tarifas, particularmente para uma categoria nova de produtos especiais que estariam somente disponíveis para os países em desenvolvimento.

Peter Allgeier, vice-representante do comércio dos EUA, descreveu a proposta dos EUA-UE como uma tentativa pelos EUA e a UE de "dar energia às negociações". Disse que os EUA estariam dispostos a ajustar a sustentabilidade doméstica se as negociações resultassem na abertura do acesso ao mercado, particularmente na UE, Japão e outros países desenvolvidos (para produtos processados alimentares), bem como em países em vias de desenvolvimento (para os produtos básicos, os produtos transformados, etc.) onde a maioria de consumidores vivem e onde as receitas estão a aumentar. Quanto a uma abertura adicional do mercado americano, disse que os EUA estariam dispostos a liberalizar onde outros o fizessem.

A UE reconheceu que os países ricos - incluindo a UE - devem fazer mais do que países em vias de desenvolvimento no que respeita à abertura dos seus mercados agrícolas, mas considerou a proposta do G-21 substancialmente "irregular e desequilibrada" porque iria pôr "todo o fardo" sobre países desenvolvidos e deixaria países em vias de desenvolvimento fortes na exportação de produtos agrícolas apenas "com dinheiro em caixa", enquanto causariam problemas para nações mais fracas na exportação no mundo desenvolvido. Em troca, por futuras perdas do mercado de exportações agrícolas, a UE disse que insistiria em aumentar a protecção para indicações geográficas de "denominação de origem e de qualidade de produtos alimentares" como o presunto de Parma, assim como um reconhecimento de que os pagamentos directos ligados à preservação de padrões elevados de produção ambientais, são uma forma legítima de apoio governamental, não comercial e isenta de distorções.

O Canadá reafirmou o seu objectivo de que as negociações agrícolas da Ronda de Doha devem resultar na eliminação dos subsídios, na redução dos mecanismos domésticos de apoio que contribuem para as distorções, e em melhorar o acesso aos mercados para produtos agrícolas, mas expressou

alguma simpatia com a posição do G-21 que os países em vias de desenvolvimento não devem abrir os seus mercados mais do que eles tem feito até ao momento.

O Ministro do Comércio do Canadá, Pierre Pettigrew, que preside ao grupo de trabalho sobre os temas de Singapura, reconheceu que progressos nesses temas poderiam fortalecer a determinação da UE e do Japão em desenvolver o processo agrícola mas observaram que o reverso também era verdadeiro. No que diz respeito à pressão da UE para proteger as indicações geográficas de nomes de alimentos, avisou que tratar deste assunto na OMC vai "abrir uma caixa de Pandora que levará décadas a fechar".

Os negociadores do G-21 tiveram um longo encontro com o Presidente do Grupo de Trabalho sobre Agricultura, George Yeo, com questões processuais no centro da discussão. Os Membros do G-21 enfatizaram que esperavam que as conversações desta semana envolvessem negociações directas entre delegações, em vez de ter o Presidente a arbitrar entre posições fixas e opostas. Também avisaram o Presidente para a necessidade de criar rapidamente um texto provisório para dar às delegações tempo para o analisar e emendar, em vez de receberem um facto consumado próximo do fim das conversações. Os Membros do G-21 informaram que nomeariam porta-vozes para dirigir discussões em temas específicos, num esforço para fazer andar as negociações sobre agricultura. Também foi discutido um calendário para as conversações da semana, marcando várias discussões importantes para Quinta feira, 11 de Setembro.

## Mesa Redonda de Alto Nível sobre Comércio e Ambiente

Os Ministros Mexicanos do Ambiente e Recursos Naturais, de Economia e de Negócios Estrangeiros, juntaram forças para reunir uma Mesa Redonda de Alto Nível sobre Comércio e Ambiente, em Cozumel, Mexico, a 8-9 de Setembro de 2003. O Encontro reuniu ministros, representantes de organizações inter-governamentais, sociedade civil e universidades. As discussões focaram-se nos Subsídios nas políticas de comércio e ambiente; nos efeitos de medidas ambientais no acesso aos mercados; na importância de construir regimes de comércio e ambiente de apoio mútuo; na liberalização do comércio de bens e serviços ambientais; e na relação entre direitos de propriedade intelectual e o ambiente. Os participantes chamaram a atenção para que a questão já não é *se*, mas *como* as políticas de comércio e ambiente irão ser ligadas. Reconheceram que o progresso em algumas questões relacionadas com o comércio e ambiente, que preocupam de forma particular aos países em desenvolvimento, tem sido significativamente mais lento do que o restante debate em comércio e ambiente. Aplaudiram a visão do governo Mexicano de organizar a mesa redonda de alto nível, esperando que marque um ponto de virada nas discussões destas questões e que estabeleça um precedente para encontros idênticos no futuro. Pode ler-se a declaração do Presidente sobre o encontro e um relatório completo em <http://www.ictsd.org>.

## Na Agenda

O presidente reúne-se com os facilitadores às 8.30, seguindo-se um encontro com os Chefes de Delegação (CD) às 11.00. Os Grupos de Trabalho começarão a deliberar hoje à tarde. Os membros discutirão em plenário as admissões do Camboja e do Nepal.

O ICTSD (um dos parceiros do projecto Pontes) e o Colégio do México organizarão de forma conjunta o Simpósio de Cancun sobre Comércio e Desenvolvimento (SCCD) no Hotel Grand Melia nos dias 11-12 de Setembro de 2003. Mais de 25 grupos juntaram-se à como co-organizadores ou patrocinadores. O SCCD é aberto ao público, sem necessidade de acreditação junto da OMC. Serão facilitadas traduções do Inglês para o Espanhol e Francês.

[www.ictsd.org/ministerial](http://www.ictsd.org/ministerial) <http://pontes.oikos.pt>

**Actualizações diárias serão disponibilizadas no sítio web. Podem ainda ser consultadas outras informações, notícias sobre eventos, documentos de análise e reacções à conferência. A versão portuguesa do PONTES será também disponibilizada em formato papel aos negociadores dos países lusófonos presentes na conferência de Cancun.**



O DIÁRIO PONTES é um serviço de notícias abrangendo os temas do Comércio e Desenvolvimento por ocasião da V Conferência Ministerial da OMC em Cancun, México. A publicação tem um foco nas notícias, actividades e negociações em torno da Conferência dos dias 10-14 de Setembro, na medida em que se relacionam com o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável. O DIÁRIO PONTES (<http://pontes.oikos.pt>) é produzido pela FGV (Brasil) e OIKOS (Portugal) a partir da versão Inglesa "BRIDGES Daily updates" feita em Cancun por pessoal do ICTSD, sob a direcção de Ricardo Meléndez-Ortiz. Versões em outras línguas são produzidas pelo ICTSD em colaboração com a FFLA & CINPE (Espanhol); ENDA-tiers-monde (Francês); Germanwatch (Alemão); ICTSD (Chinês); e Eco-Accord (Russo). Para mais informações contactar: Suíça: Eduardo Escobedo (ICTSD) : [eescobedo@ictsd.ch](mailto:eescobedo@ictsd.ch) (Tel.: +41.22.9178232); Brasil: Marcelo Pomper Mayer (FGV): [mpomper@fgv.br](mailto:mpomper@fgv.br) (Tel.: +55. 21.2553 8805); Portugal: João Fernandes (OIKOS): [jifernandes@oikos.pt](mailto:jifernandes@oikos.pt) (Tel.: +351.21.882 36 30) e no sítio: [www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)